



# Lex

## PÓS-TROIKA

ESTADO TEM VÁRIOS MEIOS  
DE SALVAGUARDA DE ACTIVOS  
ESSENCIAIS

## OPINIÃO

RUI CARDONA FERREIRA ESCREVE  
SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL  
DOS ADMINISTRADORES

## “A Ordem não tem interesse nas sociedades de advogados

A Associação das  
Sociedades de  
Advogados de Portugal  
realiza hoje o seu 9.º  
Encontro Nacional.  
O presidente João  
Afonso Fialho fala  
ao Negócios sobre  
os desafios do  
sector.





## ENTREVISTA

JOÃO AFONSO FIALHO PRESIDENTE DA ASAP

# “A Ordem não tem interesse nas sociedades de advogados”

**As sociedades de advogados têm hoje o seu 9.º encontro nacional. O presidente da associação do sector, João Afonso Fialho, diz ao Negócios que vai lançar um debate sobre a regulação da advocacia para os profissionais do regime societário.**

JOÃO MALTEZ  
jmaltez@negocios.pt



Miguel Baltazar

**T**ornar a Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP) na entidade reguladora deste sector específico da advocacia é um debate que João Afonso Fialho quer lançar. Segundo avança ao Negócios, irá fazê-lo esta quarta-feira, no decorrer do 9.º Encontro Nacional da ASAP, que decorrerá em Lisboa. O presidente do conselho director

daquela associação justifica o que defende com o que classifica como desinteresse da Ordem dos Advogados pelos profissionais organizados em regime societário.

**O “governance” dá tema ao primeiro debate do 9.º Encontro Nacional da ASAP. Que importância assumem as boas práticas de governo das sociedades para uma firma de advocacia?**

Numa sociedade, os advogados têm de saber trabalhar em conjunto, respeitando um conjunto de regras e boas práticas. O mundo evolui todos os dias e não são só os bancos ou as empresas dos mais diversos sectores de actividade que têm de adaptar-se a essas mudanças. Tal também sucede com as sociedades de advogados, que precisam de adaptar-se às novas realidades, aos temas que os clientes lhes levam, ao relacionamento entre sócios e associa-

dos. Todas estas realidades exigem um modelo de “governance” adequado.

**Além do “governance”, no encontro nacional da ASAP vai também debater-se a relação entre as sociedades de advogados e os media. O que é que está em causa?**

Há duas abordagens possíveis quando se fala da forma como as sociedades de advogados se têm relacionado com os meios de comunica-



## Um advogado que queira ser deputado tem esse direito

ção social. Uma tem que ver com a comunicação social enquanto meio de divulgação da própria sociedade; outra diz respeito ao modo como as sociedades se relacionam com os meios de comunicação no exercício da sua actividade profissional.

### O que é que diferencia a comunicação das sociedades face a outras organizações?

Como organizações sofisticadas, as sociedades têm departamentos de comunicação. O tratamento que é dado à informação não depende apenas da cabeça do advogado. Está sujeito a uma decisão da administração, envolve os clientes, tem "inputs" dos profissionais de comunicação que trabalham nas sociedades e, obviamente, conta também com a opinião dos sócios e dos advogados com maior experiência, que podem contribuir de forma válida para essa discussão.

### Porque escolheram como oradores principais neste encontro duas pessoas que não pertencem a sociedades de advogados?

Pela sua formação, experiência profissional acumulada e obra publicada, dificilmente encontraríamos dois oradores, como o Dr. Vítor Bento e o Senhor Embaixadores dos EUA, Robert Sherman - foi um dos advogados com maior intervenção no famoso caso SpotLight -, mais adequados para nos darem uma melhor visão sobre os dois temas. Os mesmos oradores participam depois numa mesa de debate com alguns dos nossos mais conceituados advogados, sendo dessa discussão, participada pela audiência, que deverão sair as conclusões do evento.

### Que mensagens vai deixar no seu discurso de encerramento, o último deste mandato num encontro nacional da ASAP?

Há outros dois temas que vão estar presentes no meu discurso. Um deles diz respeito ao regime fiscal das sociedades de advogados e à possibilidade de as sociedades optarem, em sede de IRC, entre os regimes geral e de transparência fiscal. Este será sempre um tema enquanto não mudar o regime fiscal das sociedades de advogados. O segundo tema, que necessita de alguma reflexão no seio da ASAP, é saber qual deve ser o papel futuro da associação.

### Que papel deverá ter a ASAP?

Defendo que devemos evoluir decisivamente para um modelo em que a ASAP possa reclamar para si algumas competências de regulação do exercício da actividade pelas sociedades de advogados.

### Uma competência que seria retirada à Ordem dos Advogados?

Quando as competências existem e não são exercidas, cria-se um vazio. No que respeita às sociedades de advogados e aos temas das sociedades, a Ordem não exerce essas competências há nove anos. Alguém tem de preencher aquele vazio. A Ordem já demonstrou que não está interessada em fazê-lo.

### A Ordem tem um Instituto das Sociedades de Advogados.

Que não funciona. Não tem órgãos nomeados, não tem actividade absolutamente nenhuma. Nós estamos numa situação em que é preciso que alguém tome conta dessas competências, que tenha essa



**No que respeita às sociedades de advogados e aos temas das sociedades, a Ordem não exerce essas competências há anos.**

**Temos como concorrentes empresas que são auditoras e as grandes sociedades internacionais. Ou abrimos os olhos e evoluímos ou ficamos para trás.**

capacidade, essa vontade e essa competência.

### Então estamos a falar concretamente de quê?

Estamos a falar no funcionamento das sociedades e na regulação do exercício da profissão pelos advogados que escolheram a forma societária para se organizarem. Esta é apenas a minha opinião. A maioria dos membros do actual conselho directivo é sensível a este tema e

entende que a ASAP poderia fazer mais, mas se calhar não partilham exactamente a minha visão, nomeadamente no que respeita à abrangência da intervenção que eu julgo que a ASAP deve reclamar para si. Continuamos a regular o exercício da advocacia como se estivéssemos no século XIX. Hoje a realidade é outra. Temos como concorrentes empresas que são auditoras e as grandes sociedades internacionais. Ou abrimos os olhos e evoluímos ou ficamos para trás.

### A reforma do Estatuto da Ordem dos Advogados foi uma oportunidade perdida?

Em Portugal há uma enorme tendência para o poder político não fazer cortes epistemológicos com o passado. Não estou a pedir uma lei à medida das sociedades de advogados. O que quero dizer é que já nem os advogados em prática individual trabalham como se trabalhava no século XIX. Até esses precisam que se inove e modernize.

### Nesse sentido, poderá haver mudanças com este Governo?

Tenho alguma dificuldade em perceber ainda, talvez por responsabilidade minha, qual é o programa na área da justiça. As duas ministras, quer a anterior quer a actual, são duas mulheres inteligentes, muito competentes, muito experientes, conhecem muito bem o sistema de justiça. Ainda não ouvi um discurso da actual senhora ministra em que seja absolutamente claro qual é o programa na área da justiça. Agora, tenho fé que possam ocorrer mudanças. Como já tinha anteriormente, mas isso não se concretizou. ■

Estão na calha novas mudanças na lei das incompatibilidades para o exercício de cargos públicos. Sobre a mesa volta a estar a acumulação da função de deputado com a prática da advocacia. Para João Afonso Fialho, presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP), "qualquer advogado que queira ser deputado tem todo o direito de o ser".

"Aquilo que provavelmente se está a fazer é um processo de intenções em relação aos advogados. Já são vistos como uns tipos 'perigosíssimos' que têm de ter um regime fiscal quase único porque senão fogem aos impostos. Agora são uns tipos que também não podem exercer cargos públicos, porque se o fizerem vão beneficiar as suas sociedades e os seus clientes. Acho que não é por aí que devemos ir", critica João Afonso Fialho.

Na perspectiva do presidente da ASAP, "qualquer advogado que queira ser deputado tem todo o direito de o ser". Ainda assim, admite, que, a melhor forma de travar segundas leituras, que também podem cair sobre quem exerce simultaneamente outra profissão, provavelmente o melhor que o advogado deveria fazer "seria suspender a sua actividade durante o mandato". Mas isso, sublinha, é uma opinião puramente pessoal.

"Era isso que eu faria, mas admito que exista quem não o queira fazer. Até porque isso não o transforma num bandido a soldo de um qualquer interesse obscuro de um cliente ou da sociedade", remata. ■